



**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

**Mensagem da Administração**

Senhores Acionistas,  
A administração da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro encaminha para apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

**APRESENTAÇÃO**

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 41 km de extensão e 35 estações.

O contrato de concessão foi renovado em 2007 por mais 20 anos. A Companhia assumiu, junto ao Governo do Estado, a responsabilidade de investir de R\$ 1,15 bilhão para modernização do sistema devendo duplicar a oferta de lugares nos próximos anos para mais de 1,1 milhão de passageiros por dia.

**DESTAQUES DO ANO**

A seguir, os eventos que foram destaque no ano de 2012:

- Maior oferta de lugares aos passageiros com o início da operação dos Novos Trems;
- Melhorias operacionais, como regularidade e redução do intervalo de trens, ampliações e automatizações no Centro de Manutenção, que podem ser comprovadas pela redução de 53% no número de evacuações em relação a 2010 e pelo cumprimento dos índices operacionais previstos no contrato de concessão;
- Redução do nível de endividamento;
- Atuação em responsabilidade social com a realização de 20 projetos, beneficiando aproximadamente 19.500 pessoas;
- Referência no mercado em práticas de inclusão de pessoas com deficiência, sendo considerado o mais acessível do mundo entre os metrô com mais de 10 anos de operação.

**CONJUNTURA ECONÔMICA**

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,9% em 2012, totalizando R\$ 4,4 trilhões, de acordo com IBGE. Em 2011, o PIB cresceu 2,7%. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 5,84% (6,50% em 2011).

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)**

Informações selecionadas (R\$ mil)	Exercício de 2012	Exercício de 2011
Passageiros (em milhares)	186.904	179.871
Receita de Serviços	506.902	452.660
EBITDA	196.748	150.959
Margem EBITDA *	34,0%	28,3%
Lucro/Prejuízo Líquido	530	(81.885)

**Resultados**

A receita de serviços alcançou R\$506.902 em 2012 (R\$452.660 em 2011), sendo R\$479.018 (R\$426.680 em 2011) referentes à receita com a prestação do serviço de transporte de passageiros e R\$27.884 (R\$25.980 em 2011) referente à receita com locação de espaço físico e veiculação de anúncios. O custo de serviços atingiu R\$323.142 em 2012 (R\$312.781 em 2011), representado, principalmente, pelos gastos com pessoal, energia elétrica, materiais e serviços de manutenção, depreciações e amortizações. Tendo um aumento de 3,2% em relação ao ano de 2011.

Em 2012, o EBITDA somou R\$196.748 (R\$150.959 em 2011) e a margem EBITDA foi de 34,0% (28,3% em 2011). O EBITDA foi composto da seguinte forma:

R\$ mil	2012	2011
<b>Resultado do exercício</b>	<b>530</b>	<b>(81.885)</b>
(-) IR e CS Diferidos	158	(28.290)
(+) Despesas financeiras	224.370	263.518
(-) Receitas financeiras	(121.324)	(102.497)
(+) Depreciação e Amortização	93.014	100.113
<b>EBITDA</b>	<b>196.748</b>	<b>150.959</b>
<b>Margem % EBITDA *</b>	<b>34,0%</b>	<b>28,3%</b>

\* calculada sobre a receita operacional líquida

O resultado financeiro foi negativo em R\$103.046, motivado, principalmente, pelos juros referentes às Debêntures Privadas e financiamentos junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal.

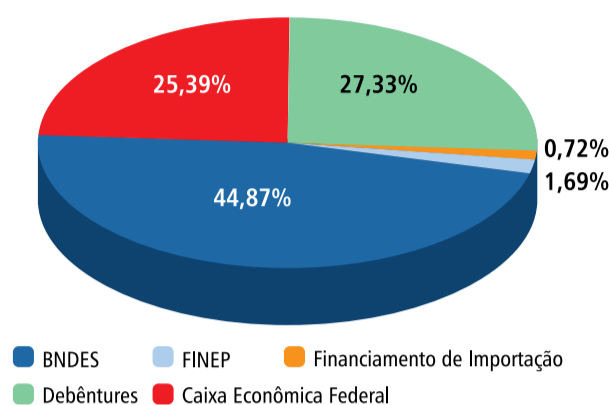
**Investimentos**

O total de investimentos realizado pela Companhia em 2012 foi de R\$250.551 (R\$175.847 em 2011), aplicados, principalmente, nos projetos relacionados às obrigações do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que incluem a aquisição de novos carros-metrô e da construção da estação Uruguai, além da realização de investimentos de modernização do sistema metroviário, dos sistemas de energia, controle de tráfego, ventilação, sinalização e implementação de acessibilidade universal em todas as estações.

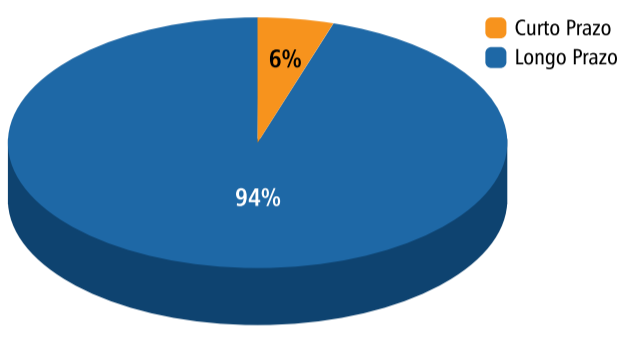
**Endividamento**

A dívida bruta alcançou R\$966.474 em 2012 (R\$1.402.335 em 2011). Seguem abaixo os detalhes da composição:

**Composição do Endividamento por Modalidade**



**Composição do Endividamento por Prazo**



**RESPONSABILIDADE SOCIAL**

**Compromisso da Companhia:**

O compromisso do MetrôRio começa nos trilhos, mas se estende por toda cidade. Por isso, a Companhia apoia iniciativas como treinamentos, cursos, programas ambientais, sociais, artísticos, culturais e educacionais. O principal objetivo da Companhia é reforçar os vínculos com seus colaboradores, com as comunidades localizadas em áreas próximas às estações e, principalmente, com a sociedade, visando um Rio de Janeiro com mais qualidade de vida. Abaixo, algumas dessas iniciativas:

**MetrôRio adere ao Pacto Global**

O MetrôRio é signatário do Pacto Global, uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que visa mobilizar empresas do mundo inteiro na adoção de boas práticas nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

**Uma iniciativa para o bem de toda a cidade**

O MetrôRio patrocina o Rio Como Vamos. Trata-se de uma iniciativa que monitora a gestão municipal, através de pesquisas que avaliam o que as pessoas pensam sobre diversos aspectos da cidade, como saúde, educação, transporte, meio ambiente, entre outros.

**Estação Alegria: Consientização desde a infância**

Estudantes visitam o MetrôRio e aprendem sobre cidadania, responsabilidade social e meio ambiente. Mensalmente, o MetrôRio recebe cerca de 40 crianças, com idades entre 7 e 12 anos, estudantes das redes pública e particular de ensino. É oferecida uma visita guiada pelas dependências da Companhia. Os alunos também têm a oportunidade de assistir a palestras dos profissionais do MetrôRio e realizar atividades lúdicas que solidificam o aprendizado.

**Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE)**

Desde 2008, O MetrôRio é uma das empresas participantes do Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial, que tem como objetivo principal incentivar, qualificar, fortalecer e disseminar o trabalho voluntário nas Empresas, Institutos e Fundações Empresariais associadas, principalmente por meio de:

- Consolidação de conceitos e ideias relacionados ao voluntariado empresarial;
- Intercâmbio de experiências;
- Produção e disseminação de conhecimento;
- Identificação e divulgação de ferramentas de gestão, monitoramento e avaliação.

**RECURSOS HUMANOS**

A valorização dos recursos humanos é uma questão estratégica para a Companhia, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Em 2012, o MetrôRio encerrou o exercício com 2.380 colaboradores (2.196 em 2011) em seu corpo funcional.

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

As demonstrações financeiras do MetrôRio, aqui apresentadas, estão de acordo com os pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e por sua vez, convergentes às normas internacionais de contabilidade - IFRS, com números devidamente confrontados por auditoria independente. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nossos Auditores Independentes não prestaram nenhum outro serviço além do acima referido.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela Companhia neste exercício.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	18.133	25.734	18.133	25.736
Aplicações financeiras (Nota 4)	140.042	237.282	140.042	237.282
Créditos a receber (Nota 5)	1.649	3.801	1.649	3.801
Estoques (Nota 6)	15.464	12.631	15.464	12.631
Impostos a recuperar (Nota 7.a)	5.157	13.436	5.157	13.436
Adiantamento a fornecedores	9.807	1.836	9.807	1.836
Partes relacionadas (Nota 8)	400	-	400	-
Outros	5.139	6.328	5.139	6.328
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>195.791</b>	<b>301.048</b>	<b>195.793</b>	<b>301.050</b>
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras (Nota 4)	25.307	28.527	25.307	28.527
Créditos a receber (Nota 5)	5.445	4.365	5.445	4.365
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	69.077	65.550	69.077	65.550
Depósitos judiciais (Nota 14)	42.592	32.899	42.592	32.899
Investimentos (Nota 11)	2	2	-	-
Imobilizado (Nota 9)	203.085	169.856	203.085	169.856
Intangível (Nota 10)	2.054.168	1.938.196	2.054.168	1.938.196
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.399.676</b>	<b>2.239.395</b>	<b>2.399.674</b>	<b>2.239.393</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.595.467</b>	<b>2.540.443</b>	<b>2.595.467</b>	<b>2.540.443</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	54.290	240.815	54.290	240.815
Debêntures (Nota 12)	2.429	38.415	2.429	38.415
Fornecedores	36.651	27.694	36.651	27.694
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 7.b)	8.854	5.924	8.854	5.924
Salários, provisões e contribuições sociais	13.874	16.201	13.874	16.201
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	255.330	347.933	255.330	347.933
Participações a empregados (Nota 18)	6.000	6.661	6.000	6.661
Serviços a prestar	2.252	6.489	2.252	6.489
Partes relacionadas (Nota 8)	2.451	-	2.451	-
Outras obrigações	453	4.782	453	4.782
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>382.584</b>	<b>694.914</b>	<b>382.584</b>	<b>694.914</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	646.504	622.828	646.504	622.828
Debêntures (Nota 12)	261.701	498.712	261.701	498.712
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	47.628	58.318	47.628	58.318
Impostos, taxas e contribuições (Nota 7.c)	205	1.930	205	1.930
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14)	11.166	12.752	11.166	12.752
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>967.204</b>	<b>1.194.540</b>	<b>967.204</b>	<b>1.194.540</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 15)</b>				
Capital social	1.344.160	750.000	1.344.160	750.000
Prejuízo acumulado	(98.481)	(99.011)	(98.481)	(99.011)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.245.679</b>	<b>650.989</b>	<b>1.245.679</b>	<b>650.989</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.595.467</b>	<b>2.540.443</b>	<b>2.595.467</b>	<b>2.540.443</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, expresso em reais)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de serviços	506.902	506.902	452.660	452.660
Receita da construção	72.463	72.463	81.199	81.199
<b>Receita operacional líquida (Nota 23)</b>	<b>579.365</b>	<b>579.365</b>	<b>533.859</b>	<b>533.859</b>
Custos de serviços (Nota 23)	(323.142)	(323.142)	(312.781)	(312.781)
Custo da construção (Nota 23)	(70.982)	(70.982)	(78.603)	(78.603)
<b>Lucro bruto</b>	<b>185.241</b>	<b>185.241</b>	<b>142.475</b>	<b>142.475</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Gerais, administrativas e com vendas (Nota 23)	(81.996)	(81.996)	(88.326)	(88.326)
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	489	489	(3.303)	(3.303)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	103.734	103.734	50.846	50.846
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras (Nota 16)	121.324	121.324	102.497	102.497
Despesas financeiras (Nota 16)	(224.370)	(224.370)	(263.518)	(263.518)
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(103.046)</b>	<b>(103.046)</b>	<b>(161.021)</b>	<b>(161.021)</b>
<b>Lucro/Prejuízo antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>688</b>	<b>688</b>	<b>(110.175)</b>	<b>(110.175)</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7)	(158)	(158)	28.290	28.290
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>530</b>	<b>530</b>	<b>(81.885)</b>	<b>(81.885)</b>
Número médio ponderado de ações durante o período (mil)	1.135.538	1.135.538	725.391	725.391
Resultado básico e diluído por lote de mil ações	0,47	0,47	(112,88)	(112,88)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	530	(81.885)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultado abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b>530</b>	<b>(81.885)</b>
Atribuível a		
Acionistas controladores	530	(81.885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro/Prejuízo antes dos impostos</b>	<b>688</b>	<b>688</b>	<b>(110.175)</b>	<b>(110.175)</b>
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	93.014	93.014	100.113	100.113
Baixa de imobilizado e intangível	8.335	8.335	1.353	1.353
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	139.710	139.710	190.752	190.752
Ajuste a valor presente	6.747	6.747	11.648	11.648
Margem de construção	(1.481)	(1.481)	(2.596)	(2.596)
Outros	(3.550)	(3.550)	(4.364)	(4.364)
<b>243.463</b>	<b>243.463</b>	<b>186.731</b>	<b>186.731</b>	
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>	<b>1.072</b>	<b>1.072</b>	<b>2.949</b>	<b>2.949</b>
Contas a receber de clientes	4.594	4.594	(41)	(41)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.627)	(7.627)	(7.894)	(7.894)
Depósitos judiciais	(2.833)	(2.833)	1.548	1.548
Outros créditos	(7.182)	(7.182)	(3.739)	(3.739)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>8.957</b>	<b>8.957</b>	<b>(17.814)</b>	<b>(17.814)</b>
Fornecedores	(2.327)	(2.327)	2.724	2.724
Obrigações com empregados e administradores	(10.117)	(10.117)	1.163	1.163
Impostos, taxas e contribuições	(145.075)	(145.075)	(57.066)	(57.066)
Outras obrigações e contas a pagar	(6.115)	(6.115)	1.642	1.642
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	76.810	76.810	110.203	110.203
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de intangível	(186.117)	(186.117)	(129.812)	(129.812)
Aplicação financeira	100.460	100.460	(245.018)	(245.018)
Aquisição de imobilizado	(62.951)			



**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	541.312	541.312	483.258	483.258
Receita da construção	72.463	72.463	81.199	81.199
Provisão para devedores duvidosos	(2.681)	(2.681)	(187)	(187)
Outras receitas	600	600	1.987	1.987
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(238.476)	(238.476)	(250.563)	(250.563)
Custos das mercadorias e serviços vendidos				
Custo da construção	(70.982)	(70.982)	(78.603)	(78.603)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(167.494)	(167.494)	(171.544)	(171.544)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(416)	(416)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>373.218</b>	<b>373.218</b>	<b>315.694</b>	<b>315.694</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação, amortização e exaustão	(93.014)	(93.014)	(100.113)	(100.113)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>280.204</b>	<b>280.204</b>	<b>215.581</b>	<b>215.581</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>121.324</b>	<b>121.324</b>	<b>102.497</b>	<b>102.497</b>
Receitas financeiras				
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>401.528</b>	<b>401.528</b>	<b>318.078</b>	<b>318.078</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>401.528</b>	<b>401.528</b>	<b>318.078</b>	<b>318.078</b>
Pessoal e encargos	120.855	120.855	113.942	113.942
Remuneração direta	80.208	80.208	61.837	61.837
Benefícios	34.280	34.280	29.747	29.747
FGTS	6.367	6.367	7.207	7.207
Outros	-	-	15.151	15.151
Impostos, taxas e contribuições	54.869	54.869	22.138	22.138
Impostos federais	42.003	42.003	10.629	10.629
Impostos estaduais	2.659	2.659	2.413	2.413
Impostos municipais	10.207	10.207	9.096	9.096
Remuneração capital de terceiros	225.274	225.274	263.883	263.883
Juros	45.101	45.101	221.923	221.923
Aluguéis	820	820	365	365
Outras	179.353	179.353	41.595	41.595
Remuneração de capital próprio	530	530	(81.885)	(81.885)
Lucro (prejuízo) líquido	530	530	(81.885)	(81.885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais**

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (a seguir denominada como MetrôRio ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 186.791 (R\$ 393.864 em 31 de dezembro de 2011). A Administração entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metroviário como, construção da estação Uruguaí, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), das quais 15 já recebidas, 3 em face de teste e 12 já em operação comercial, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos.

Adicionalmente, a Administração da Companhia tem atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a sua Controladora efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 26 de março de 2013.

**2. Políticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

. IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaimento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas" e IFRS 11 "Empreendimentos Conjuntos". O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entra em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impactos às suas demonstrações financeiras se a regra fosse aplicável em 31 de dezembro de 2012.

O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto ("ECC") com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entra em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e deverá ser aplicada retrospectivamente aos ECC mantidos na data da aplicação inicial. A aplicação destas normas não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

. IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação das informações.

. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação das informações.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucro/Prejuízo	Subtotal	AFAC	Total
	subscrito	acumulado			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>	650.000	(17.126)	632.874	20.000	652.874
Prejuízo do exercício	-	(81.885)	(81.885)	-	(81.885)
Aumento de capital (Nota 15)	100.000	-	100.000	(20.000)	80.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>750.000</b>	<b>(99.011)</b>	<b>650.989</b>	<b>-</b>	<b>650.989</b>
Lucro líquido do exercício	-	530	530	-	530
Aumento de capital (Nota 15)	594.160	-	594.160	-	594.160
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.344.160</b>	<b>(98.481)</b>	<b>1.245.679</b>	<b>-</b>	<b>1.245.679</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

**2.1. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$ 2.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

**2.2. Reconhecimento de receitas**

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) **Receita de serviços**

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) **Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) **Receita de construção**

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas de acordo com a particularidade dos negócios da Companhia, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

**2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

**2.5. Créditos a receber**

Os créditos a receber de clientes são registrados pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

**2.6. Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

**2.7. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 9 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

**2.8. Ativos intangíveis**

Refere-se a direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 (R1) (IFRIC 12).

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

**2.10. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.11. Tributações**

**Impostos sobre vendas e serviços**

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas acessórias	Receita com venda de passagens
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	-	2,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

(ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados**

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

**2.13. Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

**2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas de 4,8% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que exquiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**Benefícios de aposentadoria**

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota Explicativa 15.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

**2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.17. Instrumentos financeiros**

**a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

**b) Mensuração subsequente**

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

**Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos

financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

**Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**2.18. Informações por segmento**

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**2.19. Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**2.20. Contratos de concessão**

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme o ICPC 01 (R1), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

**3. Contratos de concessão**

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutive, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve alteração relevante no contrato de concessão.

**4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	1.184	11.189	1.186	11.191
Certificado de depósitos bancários - CDB	16.949	14.293	16.949	14.293
Outros	-	252	-	252
Caixa e equivalentes de caixa	18.133	25.734	18.135	25.736
Fundo cambial exclusivo (a)				
Letras financeiras de tesouro	97.001	190.541	97.001	190.541
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	43.041	40.168	43.041	40.168
Outros	-	8.327	-	8.327
	140.042	239.036	140.042	239.036
Aplicações financeiras - fixas				
Certificado de depósitos bancários - CDB	9.684	8.913	9.684	8.913
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	8.582	8.023	8.582	8.023
Operações compromissadas	7.041	9.837	7.041	9.837
	25.307	26.773	25.307	26.773
	165.349	265.809	165.349	265.809
Aplicações financeiras				
Circulante	158.175	263.016	158.177	263.018
Não circulante	25.307	28.527	25.307	28.527

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo, em 31 de dezembro de 2012, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$ 3.396 e não há restrição de movimentação destes recursos.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, que somam R\$ 25.307, está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa 13, e descrito abaixo:

- R\$ 2.564, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$ 4.610, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$ 3.399, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- R\$ 822, (Banco Bradesco S.A.) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- R\$ 8.582, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 12.
- R\$ 5.330, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

**5. Créditos a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Venda de passagens (a)	1.030	1.196	1.030	1.196
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	4.487	3.799	4.487	3.799
Outros títulos a receber	80	73	80	73
Menos provisão para créditos duvidosos	(3.948)	(1.267)	(3.948)	(1.267)
Créditos a receber circulante - líquido	1.649	3.801	1.649	3.801
Não circulante				
Estado do Rio de Janeiro				
Gratuidades a compensar (c)	5.445	4.365	5.445	4.365
Créditos a receber não circulante	5.445	4.365	5.445	4.365

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a prazo a clientes corporativos, receita em custódia da transportadora de valores;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Movimentação na provisão para créditos duvidosos				
Saldo no início do período	(1.267)	(5.743)	(1.267)	(5.743)
Adições	(3.199)	(514)	(3.199)	(514)
Reversão	518	4.663	518	4.663
Baixa	-	327	-	327
Saldo no fim do período	(3.948)	(1.267)	(3.948)	(1.267)



**Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08**

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 1.026 referentes à gratuidade estudantil em 2011 e R\$ 865 no ano de 2012.

**6. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	10.540	7.703	10.540	7.703
Adiantamento a fornecedores	369	3.540	369	3.540
Importações em andamento	4.555	1.388	4.555	1.388
<b>Total</b>	<b>15.464</b>	<b>12.631</b>	<b>15.464</b>	<b>12.631</b>

**7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições**

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	5.150	12.129	5.150	12.129
Outros	7	1.307	7	1.307
<b>Total</b>	<b>5.157</b>	<b>13.436</b>	<b>5.157</b>	<b>13.436</b>

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
PIS e COFINS	2.017	1.852	2.017	1.852
ISS	1.019	1.167	1.019	1.167
ICMS	374	11	374	11
Imposto de renda retido na fonte	3.283	1.583	3.283	1.583
Taxa AGETRANSP-RJ	907	492	907	492
INSS s/ terceiros	785	-	785	-
Outros	469	819	469	819
<b>Total</b>	<b>8.854</b>	<b>5.924</b>	<b>8.854</b>	<b>5.924</b>

c) Impostos, taxas e contribuições a pagar - não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	-	1.722	-	1.722
PIS e COFINS	205	208	205	208
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>1.930</b>	<b>205</b>	<b>1.930</b>

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	2012	2011	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	21.854	23.596	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	8.048	8.675	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.681	1.781	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos. Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisão para contingências	4.507	4.774	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga complementar.
Excesso amortização outorga suplementar	13.579	8.158	Expectativa de realização conforme pagamento.
Variação cambial não realizada	15.555	13.346	
Outros	2.853	5.220	
<b>Total</b>	<b>69.077</b>	<b>65.550</b>	

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	2.342	8.303	2.342	8.303
2014	1.373	7.506	1.373	7.506
2015	7.122	10.813	7.122	10.813
2016	18.477	14.480	18.477	14.480
2017 em diante	39.763	24.448	39.763	24.448
<b>Total</b>	<b>69.077</b>	<b>65.550</b>	<b>69.077</b>	<b>65.550</b>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro / (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	688	(110.175)	688	(110.175)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(234)	37.460	(234)	37.460
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício	(2.753)	(9.170)	(2.753)	(9.170)
Adições permanentes	2.829	-	2.829	-
Outros	(158)	28.290	(158)	28.290

**8. Partes relacionadas**

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	2012				Receitas (Despesas)	
		Ativo		Passivo			Resultado
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante		
INVEPAR	Nota de débito	400	-	2.451	-	(12.667)	
INVEPAR	Debênture	-	-	-	-	(37.794)	
LAMSA	Debênture	-	-	2.429	154.170	(4.634)	

**Remuneração dos Administradores**

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

Composição	2012			2011		
	Diretoria	Conselho	Total	Diretoria	Conselho	Total
Pró-labore	2.664	-	2.664	3.038	-	3.038
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	207	-	207	967	-	967
Participação nos resultados	352	-	352	2.688	-	2.688
Outros benefícios	220	-	220	149	-	149
Encargos	625	-	625	600	-	600
<b>Total</b>	<b>4.068</b>	<b>-</b>	<b>4.068</b>	<b>7.442</b>	<b>-</b>	<b>7.442</b>

Conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 30 de abril de 2012, renunciaram qualquer remuneração pelo exercício da função.

**Contrato de mútuo**

Em 05 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 100.000. Este contrato possuía o vencimento em treze dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 01 de junho de 2012.

**Debêntures**

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 15 de março de 2010 a Companhia efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas por seu acionista controlador.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, por conversão das debêntures, no valor de R\$ 514.160, mediante a emissão de 598.769.564 (quinhentas e noventa e oito milhões, setecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,858693853.

Conforme descrito na nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$ 154.170, adquiridas pela Linha Amarela S.A.

**Serviços**

A Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguaí.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$ 147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. O valor dos serviços em 31 de dezembro de 2012 somam R\$ 70.073.

**Contas a receber e a pagar**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contas a receber referente a despesas administrativas que foram repassadas para a sua controladora no valor de R\$ 400.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contas a pagar para com a sua controladora no valor de R\$ 2.451.

**9. Imobilizado**

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	58.154	10.901	-	2.386	71.441
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	115.796	6.319	-	12.224	134.339
Máquinas e equipamentos	12,60%	18.786	5.100	-	133	24.019
Móveis e utensílios	10%	6.381	607	-	(278)	6.710
Veículos	20%	2.400	238	(117)	-	2.521
Equipamentos de computação	20%	4.696	1.644	-	-	6.340
Sistemas aplicativos de software	20%	1.955	87	-	-	2.042
Imobilizado em andamento		21.079	97	-	-	21.176
Peças sobressalentes		12.278	13.925	-	(14.096)	12.107
Adiantamento a fornecedores		1.316	4.521	-	(369)	5.468
<b>Imobilizado bruto</b>		<b>242.841</b>	<b>43.439</b>	<b>(117)</b>	<b>-</b>	<b>286.163</b>
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(675)	(166)	-	-	(841)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(70.134)	(23.150)	-	-	(93.284)
Máquinas e equipamentos		(6.228)	(2.376)	-	-	(8.604)
Móveis e utensílios		(2.866)	(651)	-	-	(3.517)
Veículos		(1.385)	(1.685)	82	-	(2.988)
Equipamentos de computação		(3.736)	(1.806)	-	-	(5.542)
Sistemas aplicativos de software		(1.301)	(230)	-	-	(1.531)
Depreciação acumulada		(86.325)	(30.064)	82	-	(116.307)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>156.516</b>	<b>13.375</b>	<b>(35)</b>	<b>-</b>	<b>169.856</b>

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2012	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	71.441	16.046	-	2.115	89.602
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	134.339	8.035	(28)	9.442	151.788
Máquinas e equipamentos	12,60%	24.019	3.287	(14)	95	27.387
Móveis e utensílios	10%	6.710	707	(27)	73	7.463
Veículos	20%	2.521	-	(29)	48	2.540
Equipamentos de computação	20%	6.340	1.542	(374)	41	7.549
Sistemas aplicativos de software	20%	2.042	210	(2.252)	-	-
Imobilizado em andamento		21.176	18.675	(24)	(408)	39.419
Peças sobressalentes		12.107	12.637	(204)	(11.632)	12.908
Adiantamento a fornecedores		5.468	1.813	(5.718)	226	1.789
<b>Imobilizado bruto</b>		<b>286.163</b>	<b>62.952</b>	<b>(8.670)</b>	<b>-</b>	<b>340.445</b>
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(841)	(1.489)	-	2.183	(147)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(93.284)	(16.113)	-	(6.755)	(116.152)
Máquinas e equipamentos		(8.604)	(1.057)	2	(2.500)	(12.159)
Móveis e utensílios		(3.517)	(262)	-	(79)	(3.858)
Veículos		(2.988)	(950)	-	2.037	(1.901)
Equipamentos de computação		(5.542)	(1.429)	357	3.471	(3.143)
Sistemas aplicativos de software		(1.531)	(112)	-	1.643	-
Depreciação acumulada		(116.307)	(21.412)	359	-	(137.360)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>169.856</b>	<b>41.540</b>	<b>(8.311)</b>	<b>-</b>	<b>203.085</b>

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

De acordo com o CPC01 (R1)/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

**10. Intangível**

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
Concessão de serviços públicos				
Outorga principal (até janeiro de 2018) (a)	311.389	-	-	311.389
Outorga suplementar (até janeiro de 2018) (b)	162.940	-	-	162.940
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	738.592	129.846	(1.318)	867.120
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (d)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	5.111	2.562	-	7.673
Outros	14	-	-	14
<b>Total intangível bruto</b>	<b>2.150.889</b>	<b>132.408</b>	<b>(1.318)</b>	<b>2.281.979</b>
Outorga principal (até janeiro de 2018)	(158.777)	(5.778)	-	(164.555)
Outorga suplementar (até janeiro de 2018)	(29.166)	(5.038)	-	(34.204)
Outorga principal e suplementar (2018-2038) (c)	(26.505)	(26.696)	-	(53.201)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(56.405)	(32.168)	-	(88.573)
Direito de software	(2.881)	(369)	-	(3.250)
Amortização acumulada (e)	(273.734)	(70.049)	-	(343.783)
<b>Total intangível líquido</b>	<b>1.877.155</b>	<b>62.359</b>	<b>(1.318)</b>	<b>1.938.196</b>



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

b) Decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)

O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$ 162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.

c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível.

d) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

e) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período (até 27 de janeiro de 2038). O valor é registrado no custo de serviços com receitas de passagens e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

f) Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas
- Custos e despesas operacionais
- Investimentos de capital

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

#### 11. Investimentos

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU 9 Participações Ltda., é uma subsidiária integral da companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totalizada R\$ 2, totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em milhares de reais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão abaixo demonstrados:

	Masu 9	
	2012	2011
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido	2	-
Capital social	-	2
Total patrimônio líquido	2	2

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$ 12,200 (doze milhões e duzentos mil) dólares, totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

	Citpax	
	2012	2011
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	745	4.475
Adiantamento a fornecedores	-	2.757
Ativo fixo	14.378	6.197
Total do ativo	15.123	13.429
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	2.210	2.839
	5.579	6.208
Patrimônio líquido		
Capital social	24.709	15.349
Prejuízos acumulados	(15.165)	(8.128)
	9.544	7.221
	15.123	13.429

Total do passivo e patrimônio líquido

#### 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de empréstimos e financiamentos estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
					2012		2011	
					Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES Direto 1	TJLP	2,02%	15/05/2015	9,81%	15.223	-	15.223	21.535
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	15/02/2017	10,65%	8.874	27.778	36.652	45.476
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	7,39%	22.987	241.276	264.263	282.741
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	7,67%	254	963	1.217	1.469
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	2,82%	2.952	113.382	116.334	55.720
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	7,65%	1.573	6.346	7.919	9.477
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	7,65%	1.672	6.714	8.386	10.038
Financiamento								
Importação								
Calyon	USD	3,44%	02/11/2016	4,45%	1.780	5.217	6.997	8.028
Nota promissória								
Banco do Brasil	DI	0,95%	04/03/2012	12,65%	-	-	-	93.432
Banco Bradesco	DI	0,95%	04/03/2012	12,65%	-	-	-	93.432
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	20/07/2034	7,80%	525	244.828	245.353	243.860
Subtotal					55.840	646.504	702.344	865.208
Taxa efetiva					(1.550)	-	(1.550)	(1.565)
Total					54.290	646.504	700.794	863.643

Composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	2012	2011
2013	-	44.339
2014	60.045	53.117
2015	61.386	53.117
2016	58.842	53.118
2017	49.703	44.170
2018-2024	416.528	374.967
	646.504	622.828

#### BNDES

Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 1"), no montante total de R\$ 34.314, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 170/2008, de 11 de março de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 23 de junho de 2010, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$ 1.170, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 2"), no montante de R\$ 52.166, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 913/2008, de 28 de outubro de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. Em 11 de maio de 2011, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$ 9.567, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e serão pagos mensalmente, no período de amortização.

Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto 3"), o montante total de crédito posto à disposição da Companhia foi de R\$ 422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$ 343.214), "B" (R\$ 3.200) e "C" (R\$ 75.996), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 31 de dezembro de 2012, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$355.899 (sendo R\$278.395 do subcrédito "A", R\$ 1.508 do subcrédito "B" e R\$ 75.996 do subcrédito "C").

A amortização do principal do subcrédito "A" será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "A" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "B" será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização.

A amortização do principal do subcrédito "C" será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito "B" incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros serão pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e mensalmente no período de amortização.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$ 19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$ 6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.

c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato. Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2. Em função das disposições do item 74 do CPC 26 (R1), a Companhia, por não ter atingido o referido índice exigido no contrato, procedeu a reclassificação do montante passivo de R\$ 8.899, referente a um financiamento contratado junto ao BNDES, de não circulante para circulante.

#### Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP ("Automatic Train Protection"), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado monta ao equivalente em dólares norte-americanos a até EUR 4.368, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos é feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos são embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semi-anuais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data. O primeiro pagamento ao fornecedor no exterior foi realizado em setembro de 2009, no montante de USD 3.225, o segundo pagamento foi realizado em outubro de 2009, no montante de USD 2.731.

#### Notas promissórias

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia emitiu dezoito Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$10.000, coordenadas pelos bancos BB-Banco de Investimento S.A. e Bradesco BBI S.A. totalizando R\$180.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos fizeram jus a remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de *spread* de 1,12% a.a., com vencimento em 07 de março de 2012, data em que foram liquidadas.

#### FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, em consonância com a Decisão nº 0102/09 da *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos "A" (R\$10.452) e "B" (R\$11.048). O crédito será posto à disposição da Companhia em quatro parcelas, à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 01 de agosto de 2011, foi desembolsado pela FINEP à Companhia o montante de R\$21.500 (sendo R\$10.452 do subcrédito "A" e R\$11.048 do subcrédito "B"), perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos "A" e "B" incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

#### Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos "A" (R\$240.000) e "B" (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito "A"). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES "2" e "3", FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 23.172 ( R\$ 11.546 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

#### Debêntures

Em 15 de março de 2010, foram subscritas 10 debêntures, conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões reais), perfazendo o valor total de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões reais).

A colocação de debêntures foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 15 de março de 2010. Os recursos provenientes da emissão de debêntures foram utilizados na execução de seu plano de investimentos e expansão.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, por conversão das debêntures, no valor de R\$514.159.743,89 (quinhentos e quatorze milhões, cento e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos), mediante a emissão de 598.769.564 (quinhentas e noventa e oito milhões, setecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,858693853.

Em 14 de março de 2012, foram subscritas 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais), perfazendo o valor total de R\$100.000 (cem milhões de reais).

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada pelos Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia, com esforços restritos de colocação. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As principais características das debêntures são:

Quantidade:	10.000 debêntures
Valor nominal unitário:	R\$10
Data de emissão:	14 de março de 2012
Data de vencimento:	14 de março de 2014 (parcela única)
Remuneração:	CDI + 1,5% a.a

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. Em 14 de março de 2012, foi desembolsado pelo HSBC à Companhia o montante de R\$50.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Juros Remuneratórios" ou, simplesmente, "Remuneração"), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, "over extra grupo" ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread* de 1,50% (cento e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento ou a data de realização do resgate antecipado.

Em 03 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão fica estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures.

Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170 (cento e cinquenta e quatro milhões, cento e setenta mil reais).



**CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A**  
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia.

As principais características das debêntures são:

Quantidade:	154.170 debêntures
Valor nominal unitário:	R\$1
Data de emissão:	31 de julho de 2012
Data de vencimento:	30 de maio de 2027
Remuneração:	TR + 9,5% a.a

As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$ 155.475. As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação. Composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	2012	2011
2014	<b>107.531</b>	-
2015	<b>7.558</b>	-
2016	<b>12.956</b>	-
2017	<b>12.956</b>	-
2018-2024	<b>120.700</b>	<b>498.712</b>
	<b>261.701</b>	<b>498.712</b>

**13. Concessão de serviço público**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>				
Outorga principal (a)	<b>134.384</b>	183.123	<b>134.384</b>	183.123
Outorga principal e suplementar (c)	<b>120.946</b>	164.810	<b>120.946</b>	164.810
	<b>255.330</b>	<b>347.933</b>	<b>255.330</b>	<b>347.933</b>

<b>Não circulante</b>				
Outorga principal (a)	-	1.354	-	1.354
Outorga suplementar (b)	<b>47.628</b>	55.745	<b>47.628</b>	55.745
Outorga principal e suplementar (c)	-	1.219	-	1.219
	<b>47.628</b>	<b>58.318</b>	<b>47.628</b>	<b>58.318</b>
	<b>302.958</b>	<b>406.251</b>	<b>302.958</b>	<b>406.251</b>

a) **Compromisso decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)**

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos.

Com base no Aditivo, o saldo de R\$ 134.384 será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

A quitação deste compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2012, está programada para o ano de 2013.

b) **Compromisso decorrente do direito de outorga suplementar para o primeiro período de concessão (até 27 de janeiro de 2018)**

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2012, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Em 31 de dezembro de 2012, esse compromisso somava R\$ 47.628 (R\$55.745 em 31 de dezembro de 2011), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 49.611 (R\$49.541 em 31 de dezembro de 2011). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor total da Outorga suplementar pago e/ou compensado através de depósitos judiciais totalizou R\$9.061 (R\$27.816 em 2011).

c) **Compromisso decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (entre 28 de janeiro de 2018 e 27 de janeiro de 2038)**

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai, até 31 de dezembro de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2012, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor investido totalizou R\$104.187 (R\$132.145 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 (R1) e ICPC 01 (R1), ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível. Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012 estão demonstrados abaixo:

	2012	2011
Receita de construção	<b>72.463</b>	81.199
Custo de construção	<b>(70.982)</b>	(78.603)

**d) Bens reversíveis**

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, existentes em 31 de dezembro de 2012:

Imobilizado da concessão	
Veículos	<b>121</b>
Equipamentos	<b>227.903</b>
Ferramentas	<b>854</b>
Móveis e utensílios	<b>607.104</b>
Almoxarifado	<b>26.799</b>
Equipamentos de processamento de dados	<b>714</b>
Equipamentos de telecomunicações	<b>522</b>
Imóveis	<b>5.229.910</b>
Total	<b>6.093.927</b>

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

**14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

**Provisões para contingências**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Cíveis	<b>5.950</b>	6.040
Trabalhistas	<b>4.048</b>	5.544
Tributárias	<b>1.168</b>	1.168
	<b>11.166</b>	12.752

**Movimentação das provisões no período**

	Saldo inicial 31/12/2011	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/pagamentos	Saldo final 31/12/2012
Cíveis	6.040	397	357	(844)	<b>5.950</b>
Trabalhistas	5.544	282	(757)	(1.021)	<b>4.048</b>
Tributárias	1.168	-	-	-	<b>1.168</b>
Total	<b>12.752</b>	<b>679</b>	<b>(400)</b>	<b>(1.865)</b>	<b>11.166</b>

**a) Contingências cíveis**

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de dezembro de 2012, existiam 531 processos em andamento (561 processos em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2012 as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 73.263 (R\$ 4.078 em 31 de dezembro de 2011).

**b) Contingências trabalhistas**

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2012, existiam 467 processos em andamento (518 processos em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2012 as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 16.561 (R\$ 10.348 em 31 de dezembro de 2011).

**c) Contingências tributárias**

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias ("GFIP") do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisão desfavorável.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

**Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação**

**a) Depósitos recursais**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$27.814 em depósitos recursais (R\$21.020 em 31 de dezembro de 2011). Este montante é atualizado monetariamente.

**b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação**

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de aproximadamente R\$33.097, sendo todas de natureza trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$14.778 (R\$11.879 em 31 de dezembro de 2011).

**15. Patrimônio líquido**

Em 11 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$55.000, sendo R\$35.000 aportados por sua controladora, Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") e R\$20.000 vertidos para o capital da Companhia, nos termos do "Contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças" celebrado em 27 de março de 2009. Foram emitidas 59.288.448 (cinquenta e nove milhões, duzentas e oitenta e oito mil, quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias ao valor de R\$0,927668061 por ação, com base no patrimônio líquido da Companhia de 30 de setembro de 2010. A totalidade das ações emitidas foi integralmente subscrita por sua controladora, INVEPAR.

Em 28 de março de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 15.000, mediante a emissão de 16.296.165 (dezesseis milhões, duzentas e noventa e seis mil cento e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado em R\$ 0,920461989 por ação ordinária, tendo por base o valor de patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010. A acionista Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") manifestou sua intenção de exercer seu direito de preferência e de adquirir eventuais sobras, na forma do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de modo que - dada a renúncia ora manifestada por todos os demais acionistas da Companhia aos seus respectivos direitos de preferência para aquisição de novas ações - a INVEPAR subscreveu a totalidade das novas ações ordinárias emitidas.

Em 15 de julho de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$30.000 mediante a emissão de 32.530.532 (trinta e dois milhões, quinhentas e trinta mil, quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado em R\$0,922210559 por ação ordinária, fixado com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de maio de 2011. A totalidade das ações emitidas foi integralmente subscrita por sua controladora, INVEPAR.

Em 02 de março de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$80.000, mediante a emissão de 90.014.070 (noventa milhões, quatorze mil e setenta e sete) ações ordinárias, ao valor de R\$0,888749946 por ação, com base no patrimônio líquido da Companhia de 30 de setembro de 2011. A totalidade das ações emitidas foi integralmente subscrita por sua controladora, INVEPAR.

Em 29 de junho de 2012, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, por conversão das debêntures, no valor de R\$514.160, mediante a emissão de 598.769.564 (quinhentas e noventa e oito milhões, setecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,858693853, tudo conforme previsto na Escritura de Emissão e nos termos do artigo 166, inciso III da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e nove) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, da acionista INVEPAR.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

**16. Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Descontos Obtidos	<b>29</b>	111	<b>29</b>	111
Juros s/ aplicações financeiras (a.i)	<b>57.106</b>	51.744	<b>57.106</b>	51.744
Variação monetária ativa	<b>10.208</b>	6.633	<b>10.208</b>	6.633
Variações cambiais ativas (a.ii)	<b>53.401</b>	38.508	<b>53.401</b>	38.508
Juros com partes relacionadas	-	25	-	25
Outros	<b>580</b>	5.476	<b>580</b>	5.476
Total receitas financeiras	<b>121.324</b>	102.497	<b>121.324</b>	102.497
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b.i)	<b>(70.801)</b>	(53.499)	<b>(70.801)</b>	(53.499)
Comissões e despesas bancárias	<b>(203)</b>	(42)	<b>(203)</b>	(42)
Juros passivos (b.ii)	<b>(3.045)</b>	(177)	<b>(3.045)</b>	(177)
Operações de hedge (b.iii)	-	(24.924)	-	(24.924)
Variação monetária passiva (b.iv)	<b>(8.758)</b>	(10.290)	<b>(8.758)</b>	(10.290)
Juros sobre debêntures	<b>(45.546)</b>	(79.048)	<b>(45.546)</b>	(79.048)
Ajuste a valor presente	<b>(6.748)</b>	(11.648)	<b>(6.748)</b>	(11.648)
Variações cambiais passivas (b.v)	<b>(83.731)</b>	(78.808)	<b>(83.731)</b>	(78.808)
Juros com partes relacionadas	<b>(1.614)</b>	(101)	<b>(1.614)</b>	(101)
Outros	<b>(3.924)</b>	(4.981)	<b>(3.924)</b>	(4.981)
Total despesas financeiras	<b>(224.370)</b>	(263.518)	<b>(224.370)</b>	(263.518)
Total	<b>(103.046)</b>	(161.021)	<b>(103.046)</b>	(161.021)

**a) Receitas financeiras**

As principais receitas financeiras consistem em: (i) juros sobre aplicações financeiras, listadas na nota explicativa 4; e, (ii) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô.

**b) Despesas financeiras**

As principais despesas financeiras consistem em: (i) juros sobre empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, descritos na nota explicativa 12; (ii) juros incidentes sobre impostos e contas a pagar; (iii) perdas com operação de hedge; (iv) atualização da Concessão de serviços públicos a pagar, descrita na nota explicativa 13 e os ajustes contábeis necessários quando da apresentação da prestação de contas requerido pela Cláusula 22ª, Parágrafo 17º do Aditivo; e, (v) variação cambial sobre o montante registrado para a compra dos novos carros metrô.

**17. Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2012, os principais seguros contratados são:

<b>Descrição</b>	<b>Limite máximo de indenização</b>
Risco operacional	<b>200.000</b>
Responsabilidade civil geral	<b>35.000</b>
Transporte nacional	<b>4.000</b>
Transporte internacional	<b>1.022*</b>

(\* US\$ 500 convertidos para Reais pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2012.

**18. Participação dos empregados e administradores**

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados ("PLR"). Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração provisionou R\$4.000 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e R\$2.000 de participação dos administradores, correspondentes a PLR esperada para o exercício de 2012.

**19. Avais, fianças e garantias**

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2012 eram de R\$25.307 (R\$21.053 em 31 de dezembro de 2011), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária.

Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 12.

**20. Compromissos e responsabilidades**

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Parapananema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos: (i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e (ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

Em 2008, a Companhia, através da Citpax firmou contrato com a MTR Corporation Limited no montante de US\$ 9.000 (nove milhões de dólares), com vigência até o final de 2012, com o objetivo de buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia e de prestar serviço de consultoria na aquisição de material rodante, conforme mencionado na nota explicativa 11. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia já efetuou pagamentos no montante total de US\$8.000.


**21. Instrumentos financeiros**
**a) Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	2012			2011		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor Justo	Custo amortizado	Total
<b>Instrumentos financeiros</b>						
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	18.133	-	18.133	25.734	-	25.734
Aplicação financeira	165.349	-	165.349	241.647	-	241.647
Valores a receber	-	7.094	7.094	-	8.166	8.166
Total do ativo	183.482	7.094	190.576	267.381	8.166	275.547
<b>Passivos</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	700.794	700.794	-	863.643	863.643
Debêntures	-	264.130	264.130	-	537.127	537.127
Obrigações com Poderes Concedentes	-	302.958	302.958	-	406.251	406.251
Total do passivo	-	1.267.882	1.267.882	-	1.807.021	1.807.021

**b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

**• Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

**c) Exposição a riscos de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos financiamentos tomados junto ao BNDES e FINEP estão vinculadas à variação da TJLP, taxa de juros Notas Promissórias estão vinculados à variação da DI (Taxa DI) e taxa de juros da Debênture Conversível está vinculada ao IPCA.

**d) Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

**e) Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 13, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 12, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

**f) Operação de derivativos**

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía operações com característica de *hedge*. No ano de 2011, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com o Banco HSBC Bank. Todas as operações contratadas foram liquidadas no próprio exercício. As operações liquidadas geraram uma perda líquida de R\$19.734, registrada na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

**g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros**

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de *hedge*. No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chave com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chave nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da

Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras	DI	11.475	14.344	17.213
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(150.356)	(178.276)	(206.195)
FINEP	TJLP	(5.824)	(6.442)	(7.059)
	Taxa Câmbio			
Financiamento importação	R\$/US\$	(638)	(798)	(957)
Financiamento CEF	TR	(238.645)	(240.784)	(242.922)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(137.737)	(138.803)	(139.845)
Debênture HSBC	DI	(91.577)	(118.757)	(149.674)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
TR (% ao ano)		0,29%	0,36%	0,44%
DI (% ao ano)		6,94%	8,68%	10,41%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$ 2,50	R\$ 3,13	R\$ 3,75

**h) Gestão do capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	700.794	863.643
Debêntures	264.130	537.127
Caixa e equivalentes de caixa	(33.570)	(25.734)
Aplicações financeiras	(151.918)	(265.809)
Dívida líquida	779.436	1.109.227
Patrimônio líquido	1.246.262	650.989
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.025.698	1.760.216

**i) Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

**22. Resultado por ação**

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2012	2011
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Resultado líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	530	(81.885)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.135.538	725.391
Resultado básico e diluído por ação	0,47	(112,88)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

**23. Receitas, custos e despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas</b>				
Receita com passagens	510.349	454.614	510.349	454.614
Receitas acessórias	30.963	28.691	30.963	28.691
Receita da construção	72.463	81.199	72.463	81.199
Impostos e contribuições sobre a receita	(34.410)	(30.645)	(34.410)	(30.645)
Receita de serviços líquidas	579.365	533.859	579.365	533.859
<b>Custos e despesas</b>				
Gerais e administrativas	(173.291)	(182.763)	(173.291)	(182.763)
Pessoal e encargos	(138.833)	(118.231)	(138.833)	(118.231)
Depreciação e amortização	(93.014)	(100.113)	(93.014)	(100.113)
Custo de Construção	(70.982)	(78.603)	(70.982)	(78.603)
	(476.120)	(479.710)	(476.120)	(479.710)
Custo de serviços	(323.142)	(312.781)	(323.142)	(312.781)
Custo da construção	(70.982)	(78.603)	(70.982)	(78.603)
Despesas gerais e administrativas	(81.996)	(88.326)	(81.996)	(88.326)
	(476.120)	(479.710)	(476.120)	(479.710)

**A DIRETORIA**
**CONTADOR**

Leandro Ferreira Gonçalves - CRC RJ: 105435/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Conselheiros, Acionistas e Diretores da  
**Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio**  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

**Outros assuntos**
**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013



Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4